

Governo enviará projeto de lei sobre a reoneração da folha ao Congresso

COM URGÊNCIA CONSTITUCIONAL

Governo enviará ao Congresso PL sobre reoneração da folha

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo federal deve acatar a proposta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para dividir os conteúdos da medida provisória (MP) que propôs a reoneração gradual da folha de pagamento enviando ao Congresso projeto de lei com urgência constitucional para temas que já foram tratados pelo Legislativo. Além da folha, a MP extingue o Programa Emergencial de Retomada dos Setores de Eventos e Turismo (Perse) e limita a compensação de créditos tributários.

– O presidente Pacheco fez uma proposta para o presidente Lula, que me consultou hoje (*ontem*) pela manhã, em relação ao fato de que os projetos que foram deliberados no ano passado pelo Congresso deveriam ser encaminhados para o projeto de lei com urgência constitucional. Então é isso que nós vamos fazer – disse Haddad ao deixar o ministério da Fazenda, segundo o jornal O Estado de S.Paulo.

O ministro não precisou uma data para o envio do projeto, mas disse que deve ocorrer após a rodada de reuniões do G20 na próxima semana no Brasil e antes do final de março.

Questionado sobre a possibilidade de a discussão da reoneração da folha ficar para 2025, Haddad disse que essa negociação começará com o envio do projeto de lei.

Em relação ao Perse, Haddad afirmou que conversou com o presidente da Câmara, Arthur Li-

ra (PP-AL), sobre a controvérsia em torno dos valores do programa e pediu mais prazo para apresentar os dados tendo em vista a paralisação de auditores fiscais.

– A Receita estava com os trabalhos paralisados até semana passada, que foi semana do Carnaval, voltaram as atividades, estão a pleno vapor e vão nos atender o mais rapidamente possível. Eu tenho G20 semana que vem, mas já combinei com o presidente Lira que eu próprio vou apresentar esses números – disse Haddad.

Ele frisou que não é possível que os setores tenham esse tipo de dado, compilado pelo Fisco.

– Quem tem a estimativa do tamanho do problema é a Receita Federal, que é quem não recebeu recurso. Nós vamos, com todo o respeito ao Congresso e à ansiedade dos parlamentares, apresentar o que para nós é algo que não se sustenta – disse.

O ministro ainda afirmou que Lira pediu dados da Receita sobre o Perse e que possam ser auditados, o que será entregue a ele. Haddad também disse que sugeriu ao presidente da Câmara o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU) para assessorar os parlamentares na análise desses dados.

Haddad voltou a dizer que o orçamento brasileiro não comporta esse tamanho de gasto e que não é questão de não querer atender o setor, mas de uma impossibilidade. Questionado sobre a investigação de irregularidades, Haddad acrescentou que o assunto está sendo apurado e que os dados são sigilosos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 12